

NOTA DE ADMISSIBILIDADE

[Para efeitos de despacho do Senhor Presidente da Assembleia da República, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 16.º do Regimento]

Forma da iniciativa:	Projeto de Lei	
Nº da iniciativa/LEG/sessão:	<u>1116/XIII/4.^a</u>	
Proponente/s:	Catorze Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português	
Título:	«Estabelece um regime transitório de isenção de propinas no ensino superior público»	
A iniciativa pode envolver, no ano económico em curso, aumento das despesas ou diminuição das receitas previstas no Orçamento do Estado (n.º 2 do art. 120.º do Regimento e n.º 3 do art. 167.º da Constituição)?	SIM	
	Caso possa envolver, prevê entrada em vigor / produção de efeitos com o próximo OE?	SIM
O proponente junta ficha de avaliação prévia de impacto de género (deliberação CL e Lei n.º 4/2018, de 9 de fevereiro)?	SIM	
Justifica-se a audição dos órgãos de governo próprio das regiões autónomas (art. 142.º do Regimento e n.º 2 do art. 229.º da Constituição)?	Não parece justificar-se	
A iniciativa encontra-se agendada (pela CL ou por arrastamento)?	Não	
Comissão competente em razão da matéria e eventuais conexões:	Comissão de Educação e Ciência (8.^a)	
Observações: Esta iniciativa é semelhante ao Projeto de Lei n.º 126/XIII/1. ^a (PCP), que ainda não foi objeto de votação na generalidade (materialmente diferenciam-se no âmbito do artigo 3.º e do n.º 3 do artigo 6.º, uma vez que aquele projeto de lei refere a isenção do pagamento de propinas, taxas e emolumentos, e o projeto de lei agora em análise apenas refere as propinas).		
Conclusão: A apresentação desta iniciativa cumpre os requisitos formais de admissibilidade previstos na Constituição e no Regimento da Assembleia da República.		

Data: 7 de fevereiro de 2019

O assessor parlamentar, Rafael Silva (ext 11703)